

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º 001/2024

O **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**, através do Comitê Gestor de Parcerias Público Privadas no uso de suas atribuições legais conferidas por intermédio das Leis Municipais nº 4.099/2018 e 4.581/2021 e pelo Decreto Municipal nº 10.589/2021, e

Considerando o Decreto nº 9.862, de 03 de abril de 2020, que dispõe sobre a Manifestação de Interesse Privado para apresentação de estudos, investigações, levantamentos ou projetos a serem utilizados pela Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo Municipal, tendo por objetivo orientar a participação de interessados na estruturação de projetos de Parcerias Público-Privadas e Concessões no âmbito do Município de Balneário Camboriú;

Considerando o disposto nas Leis Municipais nº 4.099/2018 e 4.581/2021, no art. 21 da Lei Federal n.º 8.987/95, no art. 31 da Lei Federal n.º 9.074/95, no art.º 3º da Lei Federal nº 11079/2004, e

Considerando a manifestação de interesse da iniciativa privada (MIP) proposta pela empresa **SINERGY ND LTDA.**, para o desenvolvimento de projeto e estudo para a concessão de uso de espaço público para instalação e manutenção de Relógios Eletrônicos Digitais (REDs) no perímetro urbano do Município de Balneário Camboriú.

Considerando a manifestação do **CGPPP** através da Resolução nº 001/24, acerca da deliberação favorável pelo acolhimento do pedido da MIP proposta pela empresa **SINERGY ND LTDA.**, nos termos do que preceitua o art. 16º e o art. 21º, inc. I, do Decreto Municipal nº 9.862/2020.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **AUTORIZAÇÃO** à **SINERGY ND LTDA.**, sediada à Rua Araci Vaz Callado, 1717, bairro Coloninha, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88.090-260, inscrita no CNPJ: 47.825.093/0001-57, autora da proposta, a desenvolver, por sua conta e risco, Estudos Técnicos, Econômico-Financeiros e Jurídicos para a Modelagem e Estruturação de estudos para concessão de uso de espaço público para instalação e manutenção de

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
GABINETE DO PREFEITO



COMITÊ GESTOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS – CGPPP

Relógios Eletrônicos Digitais (REDs) no perímetro urbano do Município de Balneário Camboriú.

Art. 2º. Fica a empresa autorizada ciente das disposições do art. 5º do Decreto municipal n.º 9.862/2020, que estabelece: “Os projetos, estudos e levantamentos de que trata este Decreto, a critério exclusivo da Administração Pública por meio do Comitê Gestor de Parceria Público Privada (Decreto Municipal nº 10.589/2021), poderão ser utilizados, total ou parcialmente, na elaboração de editais, contratos e demais documentos referentes aos projetos de concessão patrocinada, concessão administrativa, concessão comum e arrendamento de bens públicos”.

Art. 3º. Ficam igualmente autorizadas(s), na forma do art. 21, III, “b”, do Decreto nº 9.862/2020, qualquer outra(s) pessoa(s), física ou jurídica, interessada(s) em desenvolver, por sua conta e risco, Estudos Técnicos, Econômico-Financeiros e Jurídicos, para a Modelagem e Estruturação de estudos para concessão de uso de espaço público para instalação e manutenção de Relógios Eletrônicos Digitais (REDs) no perímetro urbano do Município de Balneário Camboriú.

Art. 4º. No prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do aviso da presente autorização, as empresas devem firmar, por meio de seu representante legal, Termo de Compromisso, concordando com as regras expressas nesta autorização e no Decreto Municipal nº 9.862/2020.

Parágrafo único. A regra disposta neste artigo aplica-se à empresa **SINERGY ND LTDA.** e às demais empresas que eventualmente tiverem interesse em realizar os estudos.

Art. 5º. Fica concedido o prazo de 180 dias para a conclusão dos estudos e projetos, o qual poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, a critério do Comitê Gestor de Parceria Público-Privada, caso necessário e desde que devidamente justificado.

Art. 6º. A não apresentação dos projetos e estudos nos prazos determinados implicará declaração de abandono e anulação da autorização concedida.

Art. 7º. A presente autorização não gera qualquer obrigação de ressarcimento, indenização ou reembolso de custos incorridos na elaboração do projeto e dos estudos de viabilidade a que se referem o art. 1º desta autorização, mas apenas o compromisso de, no caso de

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
GABINETE DO PREFEITO  
COMITÊ GESTOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS – CGPPP

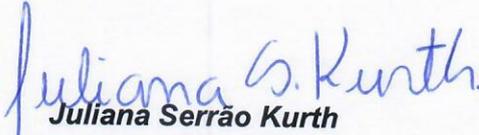


aprovação e seleção do projeto pelo Município, que seja contemplada no edital da futura licitação e no contrato de concessão a ser celebrado com o vencedor do certame, a obrigação do contratado em ressarcir os referidos custos.

**Parágrafo único.** O ressarcimento que será devido pelo licitante vencedor exclusivamente se o material produzido pela proponente for utilizado para fins de estruturação do processo licitatório, total ou parcialmente o que definirá o percentual a ser ressarcido, o que não se aplica à eventual hipótese de o Município estruturar o processo através de material próprio ou produzido por pessoa diversa da proponente, ainda que se trate de idêntico objeto.

Art. 8º. Nos termos do art. 21, Inciso III, alínea “a” do Decreto Municipal nº 9.862/20, publique o presente Termo de Autorização.

Balneário Camboriú, 14 de Agosto de 2024.

  
**Juliana Serrão Kurth**  
**Presidente do Comitê Gestor de PPP**

  
**Fabrício José Sátiro de Oliveira**  
**Prefeito**

# Balneário Camboriú

## PREFEITURA

### 001 TERMO DE AUTORIZAÇÃO MIP REDS

Publicação Nº 6309798

#### TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º 001/2024

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, através do Comitê Gestor de Parcerias Público Privadas no uso de suas atribuições legais conferidas por intermédio das Leis Municipais nº 4.099/2018 e 4.581/2021 e pelo Decreto Municipal nº 10.589/2021, e Considerando o Decreto nº 9.862, de 03 de abril de 2020, que dispõe sobre a Manifestação de Interesse Privado para apresentação de estudos, investigações, levantamentos ou projetos a serem utilizados pela Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo Municipal, tendo por objetivo orientar a participação de interessados na estruturação de projetos de Parcerias Público-Privadas e Concessões no âmbito do Município de Balneário Camboriú;

Considerando o disposto nas Leis Municipais nº 4.099/2018 e 4.581/2021, no art. 21 da Lei Federal n.º 8.987/95, no art. 31 da Lei Federal n.º 9.074/95, no art.º 3º da Lei Federal nº 11079/2004, e

Considerando a manifestação de interesse da iniciativa privada (MIP) proposta pela empresa SINERGY ND LTDA., para o desenvolvimento de projeto e estudo para a concessão de uso de espaço público para instalação e manutenção de Relógios Eletrônicos Digitais (REDS) no perímetro urbano do Município de Balneário Camboriú.

Considerando a manifestação do CGPPP através da Resolução nº 001/24, acerca da deliberação favorável pelo acolhimento do pedido da MIP proposta pela empresa SINERGY ND LTDA., nos termos do que preceitua o art. 16º e o art. 21º, inc. I, do Decreto Municipal nº 9.862/2020. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUTORIZAÇÃO à SINERGY ND LTDA., sediada à Rua Araci Vaz Callado, 1717, bairro Coloninha, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88.090-260, inscrita no CNPJ: 47.825.093/0001-57, autora da proposta, a desenvolver, por sua conta e risco, Estudos Técnicos, Econômico-Financeiros e Jurídicos para a Modelagem e Estruturação de estudos para concessão de uso de espaço público para instalação e manutenção de Relógios Eletrônicos Digitais (REDS) no perímetro urbano do Município de Balneário Camboriú.

Art. 2º. Fica a empresa autorizada ciente das disposições do art. 5º do Decreto municipal n.º 9.862/2020, que estabelece: "Os projetos, estudos e levantamentos de que trata este Decreto, a critério exclusivo da Administração Pública por meio do Comitê Gestor de Parceria Público Privada (Decreto Municipal nº 10.589/2021), poderão ser utilizados, total ou parcialmente, na elaboração de editais, contratos e demais documentos referentes aos projetos de concessão patrocinada, concessão administrativa, concessão comum e arrendamento de bens públicos".

Art. 3º. Ficam igualmente autorizadas(s), na forma do art. 21, III, "b", do Decreto nº 9.862/2020, qualquer outra(s) pessoa(s), física ou jurídica, interessada(s) em desenvolver, por sua conta e risco, Estudos Técnicos, Econômico-Financeiros e Jurídicos, para a Modelagem e Estruturação de estudos para concessão de uso de espaço público para instalação e manutenção de Relógios Eletrônicos Digitais (REDS) no perímetro urbano do Município de Balneário Camboriú.

Art. 4º. No prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do aviso da presente autorização, as empresas devem firmar, por meio de seu representante legal, Termo de Compromisso, concordando com as regras expressas nesta autorização e no Decreto Municipal nº 9.862/2020. Parágrafo único. A regra disposta neste artigo aplica-se à empresa SINERGY ND LTDA. e às demais empresas que eventualmente tiverem interesse em realizar os estudos.

Art. 5º. Fica concedido o prazo de 180 dias para a conclusão dos estudos e projetos, o qual poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, a critério do Comitê Gestor de Parceria Público-Privada, caso necessário e desde que devidamente justificado.

Art. 6º. A não apresentação dos projetos e estudos nos prazos determinados implicará declaração de abandono e anulação da autorização concedida.

Art. 7º. A presente autorização não gera qualquer obrigação de ressarcimento, indenização ou reembolso de custos incorridos na elaboração do projeto e dos estudos de viabilidade a que se referem o art. 1º desta autorização, mas apenas o compromisso de, no caso de aprovação e seleção do projeto pelo Município, que seja contemplada no edital da futura licitação e no contrato de concessão a ser celebrado com o vencedor do certame, a obrigação do contratado em ressarcir os referidos custos.

Parágrafo único. O ressarcimento que será devido pelo licitante vencedor exclusivamente se o material produzido pela proponente for utilizado para fins de estruturação do processo licitatório, total ou parcialmente o que definirá o percentual a ser ressarcido, o que não se aplica à eventual hipótese de o Município estruturar o processo através de material próprio ou produzido por pessoa diversa da proponente, ainda que se trate de idêntico objeto.

Art. 8º. Nos termos do art. 21, Inciso III, alínea "a" do Decreto Municipal nº 9.862/20, publique o presente Termo de Autorização.

Balneário Camboriú, 14 de Agosto de 2024.

Juliana Serrão Kurth

Presidente do Comitê Gestor de PPP

Fabício José Sátiro de Oliveira

Prefeito